

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARCELO MAIA DINIZ

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DAS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS**

João Pessoa – PB, janeiro de 2020.

MARCELO MAIA DINIZ

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DAS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Curso de Mestrado em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Informação Contábil

Linha de Pesquisa: Informação Contábil para Usuários Externos

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão

João Pessoa – PB, janeiro de 2020.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D585q Diniz, Marcelo Maia.

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DAS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS / Marcelo Maia
Diniz. - João Pessoa, 2020.
55 f.

Orientação: Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Qualidade da Informação Contábil. 2. Cooperativas de
Crédito. 3. Sobras. I. Girão, Luiz Felipe de Araújo
Pontes. II. Título.

UFPB/BC

**QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO DAS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Contábeis.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão
Universidade Federal da Paraíba
Orientador



Prof. Dr. Orleans Silva Martins
Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. Vagner Antonio Marques
Universidade Federal da Paraíba
Examinador Externo

Todos os dias quando acordo, não tenho mais o tempo que passou, mas tenho muito tempo. Temos todo o tempo do mundo... (Renato Russo)

AGRADECIMENTOS

Um dia eu saía de minha casa, da minha cidade no interior vindo estudar numa Universidade em uma cidade maior e não sabia nada do mundo acadêmico, no outro eu queria ser Doutor, no entanto, esse querer foi deixado de lado por um instante da minha vida e entre escolhas certas e erradas, resolvi recomeçar minha trajetória acadêmica. Nesse reinício, conheci pessoas, estudantes, professores e funcionários técnico administrativos na UFPB que contribuíram para que eu chegasse até o cumprimento dessa etapa de hoje.

Os estudantes no mestrado brincam que os seus orientadores são seus Pais Acadêmicos. O meu Pai Acadêmico é um jovem, mais novo que eu, mas que tem um grande potencial como Professor e Profissional de Mercado. Um dia ele me propôs escrever um artigo e publicar, assim o fiz e submetemos esse artigo aos principais congressos do país na nossa área, foi aceito em todos e premiado como o melhor da área no principal do país. Depois esse artigo se transformou em TCC e em artigo de revista, quando concorreu ao prêmio de melhor do ano da publicação. Inspirado nesse jovem, voltei a querer aquele querer antigo. Não sei se continuarei com o meu querer até o fim, mas sei que o que conquistei até hoje me proporciona muito orgulho e gratidão. Assim, meu primeiro agradecimento vai para o Professor Doutor Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão, por quem eu torço muito pelo seu sucesso.

Agradeço à minha mãe, Hildefran de Oliveira Maia (Dona Coroa) que é uma guerreira do sertão paraibano e criou os quatro filhos sem a presença do pai. Recebi dela muitas habilidades que considero como vantagem competitiva para o meu desenvolvimento profissional e acadêmico.

À minha esposa Iranete de Araújo Meira por ser minha companheira de todas as horas. Ao meu filho Igor Meira Maia Diniz, a razão da minha existência desde o dia que eu soube da sua existência, ele me acompanhou e me acompanha em todos os momentos.

Aos meus irmãos Valdefran Maia Diniz, Harlan Maia Diniz e Renato Maia Diniz, que participaram de todo o meu processo de aprendizado desde o início.

Ao meu pai Valdeban Diniz da Silva pelos ensinamentos diretos e principalmente os indiretos.

Ao meu grande amigo Igor Figueiredo Leite que o mestrado me presenteou, pessoa de grande bondade, inteligência e humildade, com o coração maior que ele, e olha que ele é grandão.

Aos demais colegas de sala, que faço questão de agradecer nominalmente a cada um deles, Alexandre Ribeiro da Silva, Deborah Chaussê de Freitas, Dyliane Mourí Silva de Souza, Emily Tavares Pessoa, Francisco José da Silva Júnior, Jean Alisi Amorim Gomes Silva Barbosa, Joselia Fernandes do Nascimento, Larissa Cristina Bazilio de Macêdo, Marcelly Nóbrega de Medeiros, Maria Luiza Farias Diniz, Matheus Marcos Morais de Queiroz, Samylla Gabryella Sales Barbosa, Vanessa de Meneses Silva, Vanessa Karla Rebouças da Silva, Victor Gomes Furtado Cutrim. Todos são pessoas de conhecimento impressionante e contribuíram bastante para que eu continuasse firme nessa jornada.

Agradeço também a alguns colegas do Doutorado que contribuíram bastante para meu desenvolvimento acadêmico, André Sekunda Gallina, Eliane Cortes Braga, Ronaldo José Rêgo de Araújo e Carlos André Marinho Vieira, foram luzes no fim de alguns tuneis escuros do mestrado.

Aos Professores Orleans Silva Martins e Vagner Antônio Marques pelas valorosas contribuições para a conclusão dessa dissertação. Ao Professor Orleans faço um agradecimento especial por ter me acompanhado desde o início da minha graduação e ter contribuído diretamente por boa parte do meu conhecimento em contabilidade e avaliação de empresa.

A Instituição que eu trabalho, à Cooperativa de Crédito Creduni, em especial à Raupt Geas Bezerra de Moura, meu chefe e amigo, por toda a contribuição e palavras sábias que me ajudaram a mediar muitos conflitos que travei durante o mestrado. Ao Professor Paulo Ortiz Rocha Aragão por me inspirar a querer sempre aprender mais sobre cooperativas e finanças.

RESUMO

As cooperativas de crédito como agentes participantes do mercado financeiro, na condição de intermediadora financeira, apresentam características semelhantes às dos bancos, no que diz respeito à contabilidade e oferta de produtos e serviços econômico-financeiros, no entanto, possuem regulamentação específica e se diferem dos bancos no objetivo do negócio, não tendo o lucro e sim a prestação de serviços por meio da mutualidade aos seus associados. Dessa forma, esta pesquisa avaliou o nível de qualidade da informação contábil, utilizando como *proxies* o conservadorismo, a persistência nos lucros e o gerenciamento de resultados por meio das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito brasileiras. Utilizando modelos disponíveis na literatura para empresas similares, como Ball e Shivakumar (2005) para análise do conservadorismo, Dechow e Schrand (2004) para persistência dos lucros e Fuji (2004) e Goulart (2007) para gerenciamento de resultados para *accruals* específicos. Foram utilizados dados anuais das cooperativas de crédito brasileiras, disponibilizados no site do Banco Central do Brasil (BACEN). A coleta é referente ao período de 2000 a 2018. Como resultados, verificou-se que as demonstrações financeiras das cooperativas de crédito indicam comportamento mais oportuno das perdas do que dos ganhos, identificou-se também que as cooperativas maiores são mais conservadoras que as menores. Quanto a persistência das sobras reportadas pelas cooperativas de crédito, verificou-se que a *proxy* é verificada para o conjunto de cooperativas brasileiras e que as maiores cooperativas apresentam mais intensidade comparado as menores. Quanto ao gerenciamento de resultados pela PCLD, verificou-se que as cooperativas de crédito brasileiras não apresentam indícios de gerenciamento de resultados com o uso da PCLD.

Palavras Chaves: Qualidade da Informação Contábil. Cooperativas de Crédito. Sobras.

ABSTRACT

Credit Unions as agents participating in the financial market, as a financial intermediary, have characteristics similar to those of banks, with regard to accounting and supply of economic and financial products and services, however they have specific regulations and differ from banks in the business objective, not having a profit, but providing services through mutuality to its members. Thus, this research assessed the quality level of accounting information, using proxies as conservatism, persistence of profits and earnings management through provisions for doubtful loans (PCLD), reported in the financial statements of credit unions Brazilian companies. Using models available in the literature for similar companies, such as Ball and Shivakumar (2005) for conservatism analysis, Dechow and Schrand (2004) for profit persistence and Fuji (2004) and Goulart (2007) for earnings management for specific accruals. Annual data from Brazilian credit unions were used, available on the website of the Central Bank of Brazil (BACEN). The collection refers to the period from 2000 to 2018. As a result, it was found that the financial statements of credit unions indicate a more timely behavior of losses than of gains, it was also identified that larger cooperatives are more conservative than smaller ones. As for the persistence of surpluses reported by credit unions, it was found that the proxy is verified for the group of Brazilian cooperatives and that the largest cooperatives have more intensity compared to the smaller ones. As for earnings management by PCLD, it was found that Brazilian credit unions do not show evidence of earnings management with the use of PCLD.

Keywords: Quality of Accounting Information. Credit Unions. Leftovers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cooperativas de Crédito analisadas – 2000 a 2018	36
Tabela 2 – Estatística descritiva – cooperativas grandes – 2000 a 2018.....	38
Tabela 3 – Estatística descritiva – cooperativas pequenas – 2000 a 2018	38
Tabela 4 – Teste de Média.....	39
Tabela 5 – Regressão por Efeitos Fixos para Conservadorismo	40
Tabela 6 – Regressão para Persistência das sobras	42
Tabela 7 – Gerenciamento de resultados	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cooperativas de Crédito analizadas – 2000 a 2018.....	37
---	----

LISTA DE SIGLAS

AGO	Assembleias Gerais Ordinárias
BACEN	Banco Central do Brasil
CMN	Conselho Monetário Nacional
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
IR	Imposto de Renda
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
PCLD	Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa
ROE	Resultado sobre o capital
WOCCU	<i>World Council of Credit Unions</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	18
2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	20
2.2.1 Conservadorismo	22
2.2.2 Persistência dos lucros contábeis	24
2.2.3 Gerenciamento de resultados	25
2.3 ESTUDOS ANTERIORES	27
3 METODOLOGIA E DADOS	32
3.1 DADOS	32
3.2 MODELOS ECONOMETRÍCOS	32
3.2.1 Conservadorismo	32
3.2.2 Persistência das sobras	33
3.2.3 Gerenciamento de Resultados	34
4 RESULTADOS	36
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA	36
4.2 CONSERVADORISMO	40
4.3 PERSISTÊNCIA DAS SOBRAS.....	41
4.4 GERENCIAMENTO DOS RESULTADOS.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas em qualidade da informação contábil são geralmente específicas para cada *proxy*. Foram diversos trabalhos produzidos pela literatura contábil que analisaram as *proxies* da qualidade da informação contábil de forma individual. Dentre as principais pesquisas realizadas sobre qualidade estão, em conservadorismo (BASU, 1997; BALL; SHIVAKUMAR, 2005), gerenciamento de resultados (DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995; DECHOW; DICHEV, 2002), persistência dos lucros (SLOAN, 1996; DECHOW; SCHRAND, 2004) e *value relevance* (BALL; BROWN, 1968; BEAVER, 1968; LIU; THOMAS, 2000; LANDSMAN; MAYDEW, 2002).

Todavia, não são muitos os estudos que analisaram a qualidade da informação contábil em cooperativas de crédito, tendo algumas pesquisas nacionais discutindo gerenciamento de resultados (MAIA *et al.*, 2013; BRESSAN *et al.*, 2016). Pesquisas internacionais também discutiram gerenciamento de resultado (BROWN; DAVIS, 2009). Até então, nenhuma pesquisa nacional ou internacional foi encontrada discutindo qualquer outra *proxy* de qualidade da informação contábil nesse tipo de instituição financeira.

Esse trabalho de dissertação pretende avaliar o nível de qualidade da informação contábil, utilizando como *proxies* o conservadorismo, a persistência nos lucros e o gerenciamento de resultados, por meio das provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito brasileiras. Utilizando modelos disponíveis na literatura para empresas similares, como Ball e Shivakumar (2005) para análise do conservadorismo, Dechow e Schrand (2004) para persistência dos lucros e Fuji (2004) e Goulart (2007) para gerenciamento de resultados por *accruals* específicos.

A análise dessa dissertação é direcionada para as cooperativas de crédito brasileiras. Elas possuem forma de organização específica, operam sob o princípio de um voto por membro e são motivadas pelos ideais de solidariedade e mutualismo (HESSOU; LAI, 2017). São instituições de capital fechado e não possuem ativos negociados no mercado de valores mobiliários, tendo seu capital fragmentado entre seus associados, sendo eles agentes internos que participam da gestão, e fazem uso das informações contábeis que são discutidas e aprovadas, ou não, nas Assembleias Gerais Ordinárias (AGO). Dessa forma todos os membros são dependentes das informações contábeis de qualidade.

O Banco Central do Brasil (BACEN), através da resolução nº. 4434/2015, classifica às cooperativas de acordo com as operações praticadas, nas categorias: Plenas; Clássicas; e de

Capital e Empréstimos. As Plenas podem operar de forma mais complexa do que as Clássicas, além de serem obrigadas a adotar estrutura administrativa integrada por conselho de administração e por diretoria executiva a ele subordinada, assim como as Clássicas que detiverem ativos totais superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), já as de Capital e Empréstimos não podem captar recursos através depósitos à vista (BACEN, 2015), ou seja, conta corrente. Essa métrica é utilizada nessa dissertação para dividir às cooperativas grandes das pequenas, assim as cooperativas que possuam ativos totais maiores que R\$ 50.000.000,00 são consideradas grandes e as que possuem ativos totais menores, são consideradas pequenas.

As Cooperativas de Crédito exercem participação importante no mercado bancário internacional. Em 2017 eram 85.400 cooperativas de crédito em 118 países, com 274.227.022 associados, representando 9,38% da população mundial economicamente ativa. Países como Estados Unidos e Canadá apresentam grandes participações com 55,17% e 42,60% respectivamente da população economicamente ativa associada a alguma cooperativa de crédito (WOCCU, 2019).

Na América Latina, o Equador, o Uruguai e a Costa Rica se destacam com 43,19%, 40,28% e 22,17%, respectivamente, da população economicamente ativa participando de cooperativas de crédito. O Brasil, apesar de ser o país com o maior número de cooperativas de crédito e associados da América Latina em 2018, eram 894, tem 6,91% da população economicamente ativa associada. São 9.993.000 pessoas membros de alguma cooperativa de crédito, apesar da pequena participação, ocorreu uma evolução considerável nos últimos anos. Em 2005 eram 2.333.587 membros que representava 1,85% (WOCCU, 2006; 2019).

Os números do cooperativismo de crédito mundial crescem exponencialmente. No Brasil isso também é verdade conforme dados do *World Council of Credit Unions* (WOCCU), em português Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito. A participação dos bancos também aumenta, após a estabilização econômica o setor bancário brasileiro passou por uma consolidação importante, aumentou sua concentração e ampliou a presença dos grandes bancos de varejo (PINHEIRO; SAVOIA; SECURATO, 2015).

Tal concentração age como uma cortina que impõe dificuldades ao crescimento da participação das cooperativas brasileiras no sistema financeiro nacional. O BACEN instituiu na sua agenda BC# a desconcentração como meta a ser perseguida. Pois em um mercado concentrado com grandes grupos a frente, as cooperativas de crédito devem apresentar solidez, credibilidade e capacidade para participar desse mercado, e com isso, contribuir para a

desconcentração, maior concorrência, redução dos preços e melhoria do atendimento, esse tema é pauta da Agenda BC# do Banco Central do Brasil. A qualidade das informações contábeis reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas exerce papel central nesse processo, pois podem atrair novos cooperados investidores e melhoram a avaliação das cooperativas por parte dos analistas de mercado e demais interessados.

As cooperativas de crédito como agentes participantes do mercado financeiro, na condição de intermediadora financeira, apresentam características semelhantes às dos bancos, no que diz respeito a contabilidade e oferta de produtos e serviços econômico-financeiros. São submetidas à mesma regulação sob o comando do Conselho Monetário Nacional (CMN) e fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). No entanto, possuem lei específica e se diferem dos bancos no objetivo do negócio, não é o lucro e sim a prestação de serviços aos seus associados por meio da mutualidade (BRASIL, 1971; BRASIL, 2009).

Dessa forma é importante a análise da qualidade das informações contidas nas demonstrações financeiras dessas instituições. Tal avaliação se faz necessária para que se consiga observar possíveis manipulações das informações com o objetivo de mostrar ao mercado uma condição que seria ou não verdadeira.

É escassa a literatura que discuta simultaneamente mais de uma *proxy* da qualidade da informação contábil como se estudou nessa dissertação, assim como não são facilmente encontrados trabalhos que discutam qualidade das informações contábeis de instituições financeiras.

Dentre os poucos trabalhos acadêmicos encontrados sobre o tema da qualidade da informação contábil em cooperativas de crédito, a maior parte deles trata de gerenciamento de resultados e de capital como apresentados em (MAIA *et al.*, 2013; BRESSAN *et al.*, 2016).

Além disso os trabalhos produzidos tanto pela literatura internacional quanto nacional analisaram as *proxies* da qualidade da informação contábil de forma isolada e não de forma agregada ou simultânea em um construto que capta os efeitos das métricas reunidas, buscando o nível de qualidade da informação contábil em uma situação específica (DECHOW *et al.*, 2010; DUARTE, 2016).

A análise da qualidade da informação contábil ocupa um lugar de destaque entre os temas de estudo da literatura contábil, ao evidenciar que uma informação de qualidade reduz o grau de incerteza da assimetria da informação. Sendo assim, percebe-se que os estudos sobre qualidade da informação têm uma grande relevância para as tomadas de decisões dos

investidores, pois uma informação de maior qualidade ajudará no processo de tomada de decisão (CHANEY; FACCIO; PARSLEY, 2011; LEITE; PAULO, 2019).

O conservadorismo é requisito de verificação assimétrica entre ganhos e perdas, onde quanto maior a diferença no grau de verificação necessária para ganhos em relação as perdas, maior o conservadorismo (WATTS, 2003). Não existe o conservadorismo se houver reconhecimento simétrico das boas e más notícias, e ou em casos em que as boas notícias são reconhecidas mais rapidamente do que as más (PAULO; ANTUNES; FORMIGONI, 2008).

A persistência do lucro é uma *proxy* de qualidade da informação contábil que está associada à contribuição na previsão de resultados futuros da empresa, assumindo-se que lucros persistentes são mais úteis na avaliação de investimentos (KOLOZSVARI; MACEDO, 2016).

O gerenciamento de resultados é definido como a coleção de decisões dos gestores que resulta em não expor a veracidade dos fatos, mas maximiza o valor dos ganhos como é conhecido pela administração e contabilidade. O gerenciamento de resultados resulta de tomar decisões sobre produções e/ou investimentos antes dos resultados acontecerem, ou de fazer escolhas contábeis que afetam os ganhos e suas interpretações após os verdadeiros valores serem conhecidos (RONEN; YAARI, 2010; BRESSAN *et al.*, 2016).

Trabalhos com foco em contas ou segmentos específicos de empresas demandam base de dados mais detalhada e conhecimento institucional sobre o setor analisado (MACEDO; KELLY, 2016). Nesse aspecto essa dissertação aborda um segmento empresarial específico e a partir da discussão anterior, é levantada a seguinte questão de pesquisa: **Qual é o nível de qualidade das informações contábeis reportadas nas demonstrações financeiras divulgadas pelas cooperativas de crédito brasileiras?**

Dessa forma, o objetivo dessa dissertação é verificar o nível de qualidade das informações contábeis reportadas nas demonstrações financeiras divulgadas pelas cooperativas de crédito brasileiras e identificar onde ela é mais presente, em cooperativas maiores ou menores. **Especificamente**, buscar-se-á **(a)** investigar se as informações financeiras reportadas pelas cooperativas de crédito maiores são mais conservadoras que as informações financeiras reportadas pelas cooperativas de crédito menores; **(b)** investigar se há persistência das sobras e se a intensidade dela é maior nas informações financeiras reportadas pelas cooperativas de crédito grandes do que nas pequenas; e **(c)** investigar se as cooperativas de crédito utilizam as provisões para crédito de liquidação duvidosa como mecanismo de gerenciamento de resultados, e se é mais intenso em cooperativas grandes do que em pequenas.

A justificativa para a elaboração desse trabalho está amparada, entre outras, na necessidade de maior conhecimento nesse segmento do mercado financeiro que está em expansão, além da ausência de trabalhos que apresentem mais de uma *proxy* da qualidade da informação contábil, não só em cooperativas de crédito, mas também em outros tipos de empresas.

Outro fator importante é a necessidade de resultados por parte das cooperativas de crédito, já que estas precisam formar reservas para constituição de um capital de qualidade. Isso se dá em função do capital social ser resgatável, o que torna o capital social volátil nesse tipo de instituição. Assim, o risco de desenquadramento do capital mínimo requerido pelos acordos de Basileia, sendo o mais recente deles o Basileia III, é mitigado pela formação de reservas.

O resgate do capital social pode, além do desenquadramento dos indicadores impostos pelos acordos de Basileia, proporcionar aumento dos custos financeiros já que, com a saída de capital, as cooperativas poderão se obrigar a aumentar a atratividade dos seus investimentos com taxas ainda maiores na tentativa de atrair novos investidores, o que reduz as sobras. Isso pode ser intensificado se as cooperativas não conseguirem emprestar tais recursos. Além disso pode causar também a redução das receitas na medida em que as cooperativas com menos dinheiro para emprestar deixam de gerar receitas provenientes da intermediação financeira.

Para evitar que cooperados resgatem seus capitais sociais as cooperativas de crédito, segundo Bressan *et al.* (2016) poderiam ser levadas também a gerenciar seus resultados, ou a evitar reportar perdas, ainda que dentro da legislação, mas fazendo uso da discricionariedade sobre certas contas contábeis para evitar sinalizar uma situação de mau desempenho econômico.

Outra justificativa é a necessidade de captação de recursos, assim, informações contábeis de qualidade, podem atrair novos cooperados que fazem parte do grupo de agentes superavitários nas áreas de atuação das cooperativas. Com o atendimento dessa necessidade o número de pessoas participantes do cooperativismo de crédito tende a aumentar. Sendo uma opção para investidores, as cooperativas necessitam apresentar informações contábeis para que estes possam realizar a tomada de decisão de investimento mais adequada.

Um aspecto específico da realidade brasileira, é que as cooperativas de crédito não têm acesso à captação de recursos via mercado de ações, entretanto a adequação mínima de capital prevista na legislação vigente pode ser fator motivacional para a prática de gerenciamento de resultados, já que o capital social das cooperativas de crédito é formado essencialmente por quotas-partes dos associados (MAIA *et al.*, 2013; BRESSAN *et al.*, 2016).

Essa necessidade também é uma preocupação do BACEN, que instituiu na pauta de seu planejamento estratégico a Agenda BC#, na dimensão de inclusão, que significa a facilitação de acesso ao mercado para todos, à expansão do cooperativismo de crédito. Entre as ações definidas estão o aprimoramento da organização sistêmica e de eficiência do segmento; Fomento de atividades e negócios; e o Aprimoramento da Gestão e Governança (BACEN, 2019). Nessa agenda do BACEN a preocupação com o *funding* das cooperativas fica evidenciado. Esse trabalho de dissertação traz a discussão da necessidade de captação de recursos junto aos cooperados das cooperativas. Para tanto a qualidade das informações contábeis são indispensáveis.

Como contribuição para o avanço da literatura, o presente estudo amplia a discussão sobre o conservadorismo, a persistência nos lucros e gerenciamento de resultados por meio de *accruals* específicos, aqui foram utilizadas as provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em instituições financeiras, dando ênfase ao cooperativismo de crédito, que é pouco explorado na academia comparativamente a outras instituições, inclusive as financeiras. Assim, esse trabalho traz uma abordagem importante para a área, onde não foi encontrado nenhum trabalho semelhante, tornando-o pioneiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As cooperativas de crédito, que buscam desenvolver um equilíbrio entre o seu desempenho financeiro e o social, as relações de conflitos de agência são específicas para esse tipo de organização, em uma perspectiva principal-principal, pois todos os cooperados são proprietários, e, somente com a utilização dos serviços e da participação do cooperado é que a cooperativa se tornará mais forte e capaz de oferecer melhores serviços (TRINDADE; BIALOSKORSKI NETO, 2014; SANTOS *et al.*, 2019).

No Brasil, o sistema de cooperativismo de crédito é dividido em três níveis, cooperativas singulares, centrais e confederações. As cooperativas singulares são compostas por no mínimo vinte pessoas físicas que atuam no atendimento aos cooperados; as centrais ou federações, que são formadas por no mínimo três cooperativas singulares com a mesma atividade ou atividades complementares e atuam na prestação de serviços as singulares filiadas, por fim as confederações, que são compostas por no mínimo três cooperativas centrais e prestam serviços as centrais e suas filiadas (RAMOS; DECONTO; SIMON; BAMPI, 2018).

As cooperativas de crédito singulares são classificadas pelo CMN de acordo com as operações praticadas, em categorias, conforme a resolução 4434/2015 editada pelo BACEN, sendo as categorias: plenas; clássicas; e de capital e empréstimos.

As cooperativas de crédito clássicas não podem, entre outras, realizar operações nas quais assumam exposição vendida ou comprada em ouro, em moeda estrangeira, em operações sujeitas à variação cambial, à variação no preço de mercadorias (*commodities*), à variação no preço de ações, ou em instrumentos financeiros derivativos, ressalvado o investimento em ações registrado no ativo permanente; aplicação em títulos de securitização de créditos, salvo os emitidos pelo Tesouro Nacional; operações de empréstimo de ativos; algumas operações compromissadas; algumas aplicação em cotas de fundos de investimento (BACEN, 2015).

As cooperativas de crédito de capital e empréstimos, além das restrições impostas as cooperativas classificadas como clássicas, também não podem captar recursos através de depósito à vista. Já as cooperativas de crédito plenas não possuem restrições para a realização de operações (BACEN, 2015).

Entidades equiparadas às demais instituições financeiras nacionais, as cooperativas de crédito têm, por objetivo maior, facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre

microempreendedores formais e informais, visando à geração de renda e trabalho, além de facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros, tais como conta corrente, poupança, seguros e créditos à população de baixa renda, como forma de promover maior cidadania (ROSA; MEDEIROS, 2007).

Elas fazem a intermediação financeira assim como os bancos, ou seja, captam recursos dos agentes superavitários e os empresta aos agentes deficitários. Alguns cooperados podem usar as cooperativas exclusivamente para aplicações de recursos financeiros, enquanto outros as consideram como fonte de consumo de crédito. Essa intermediação pode gerar conflitos de interesse entre os membros, porém a gestão da Cooperativa deve mediar esse conflito, proporcionando uma gestão austera, onde todos possam ganhar, e que a Cooperativa possa continuar existindo (BRESSAN *et al.*, 2012).

A estrutura de capital das cooperativas de crédito se assemelha a dos bancos, no entanto não possuem papéis negociados em bolsas de valores. Elas possuem uma fragilidade quanto ao capital social, pois diferentemente de outros tipos de empresas esse recurso é resgatável, o que pode comprometer o enquadramento quanto ao indicador de Basileia assim como aumentar os custos financeiros ou redução de receitas. O capital regulatório exigido por Basileia é formado, dentre outros, pelas ações das empresas, lucros retidos, instrumentos híbridos (capital e dívida), (BACEN, 2019) e no caso das cooperativas de crédito ao invés de ações são a quotas partes do capital social.

O aumento dos custos financeiros se dá pelo fato de que, com a saída de capital social, as cooperativas poderão ser obrigadas a aumentar a atratividade dos seus investimentos com taxas ainda maiores, na tentativa de atrair novos investidores. Já a redução das receitas se dá na medida em que as cooperativas com menos dinheiro para emprestar deixam de gerar receitas provenientes da sua principal fonte que é o crédito.

Para as cooperativas de crédito o capital regulatório exigido é formado principalmente pelo capital social e sobras retidas, ou seja, reservas. Como já foi observado, o capital social é resgatável, então as reservas se tornam uma espécie de capital de qualidade para as cooperativas objetivando o cumprimento do capital regulatório exigido. O capital social é considerado para o cumprimento do índice, porém quanto mais reservas forem formadas, menos influente será o capital social investido pelos cooperados.

O Conselho Monetário Nacional definiu através da resolução 4434/2015 no seu artigo 27 que a cooperativa de crédito clássica que detiver média dos ativos totais, nos três últimos exercícios sociais, igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e a

cooperativa de crédito plena devem adotar estrutura administrativa integrada por conselho de administração e por diretoria executiva a ele subordinada. Dessa forma entende-se que o objetivo do CMN é o de profissionalizar a gestão das cooperativas de crédito, assim espera-se que cooperativas geridas por executivos profissionais apresentem melhor qualidade das informações reportadas em suas demonstrações contábeis que as menores cooperativas com gestão não segregada entre conselho de administração e diretoria.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração das informações contábeis as cooperativas de crédito seguem o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que apresenta os critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, bem como a estrutura de contas e modelos de documentos previstos. Esse plano unifica diversos planos contábeis e uniformiza os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, o que facilita o acompanhamento, análise, avaliação do desempenho e controle das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (BACEN, 2019).

Dessa forma, as demonstrações financeiras das cooperativas de crédito, seguem as mesmas regras e são apresentadas no mesmo formato que os bancos tradicionais, com as mesmas exigências de divulgação, inclusive a obrigatoriedade de publicação em jornais de grande circulação dentro de suas respectivas áreas de atuação (BACEN, 2019).

2.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A informação contábil relaciona-se aos objetivos da contabilidade de mensurar o conjunto de eventos econômicos e comunicar os resultados das entidades às partes interessadas, direcionada precipuamente ao público externo. Investidores e potenciais investidores são os principais usuários dessas informações (PAULO, 2007; MACEDO; KELLY, 2016; DUARTE, 2016).

Esses usuários da informação contábil devem atentar para as características qualitativas fundamentais dessa informação, que são a relevância e a representação fidedigna. A relevância quando é capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Já a representação fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Deve ser completa, neutra e livre de erro. São identificadas também as características qualitativas de melhoria, que são a comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, elas são

características qualitativas que melhoram a utilidade da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade (CPC 00 R1, 2011).

A qualidade da informação contábil está fortemente relacionada ao ambiente econômico, político e social em que a empresa estiver inserida (PAULO, 2007). E está associada à sua capacidade de retratar a realidade econômica da empresa e alterar as expectativas dos usuários quanto ao seu desempenho futuro (BRITO; LOPES; COELHO, 2012).

A análise da qualidade da informação contábil ocupa um lugar de destaque entre os temas de estudo da teoria da contabilidade, pois, ao evidenciar uma informação de qualidade se reduz o grau de incerteza, a assimetria da informação. Sendo assim, percebe-se que os estudos sobre qualidade da informação têm uma grande relevância para a tomada de decisões dos investidores, pois uma informação de maior qualidade ajudará no processo de tomada de decisão (CHANEY; FACCIO; PARSLEY, 2011; LEITE; PAULO, 2019).

Ao longo dos anos, vários autores consideram essa qualidade das informações contábeis como um conjunto de diversas *proxies*, (DECHOW, GE, SCHRAND, 2010; FRANCIS, OLSSON, SCHIPPER, 2006; DECHOW, SCHRAND, 2004) e Marques *et al.*, (2016) agrupou essas *proxies* em oito categorias, que são: Persistência dos lucros, Magnitude dos *accruals*, Modelos residuais dos *accruals*, Alisamento dos resultados, Reconhecimento oportuno de perdas, *Benchmarks*, Coeficiente de resposta dos lucros (ERC's), Indicadores externos de distorções nos lucros.

No que diz respeito às características da qualidade das informações contábeis, três fatores são importantes: função relevante dos lucros no auxílio da tomada de decisões; também se leva em consideração a capacidade informativa sobre o desempenho financeiro das companhias e; o desempenho da firma que determina a qualidade da informação contábil a partir de decisões em conjunto com um sistema contábil hábil em mensurar a performance (DECHOW *et al.*, 2010; DUARTE, 2016).

São três as *proxies*, para identificação da qualidade da informação contábil, discutidas nesse trabalho de dissertação, que são o conservadorismo, à persistência dos resultados e o gerenciamento dos resultados contábeis por meio de *accruals* específicos PCLD. Não é possível, em cooperativas de crédito, obter dados suficientes para avaliação da *proxy* de *value relevance*, já que esta é identificada quando as informações financeiras são associadas aos valores de mercado ou aos retornos das ações das empresas (MADEIRA; COSTA JÚNIOR, 2015; DUARTE; GIRÃO; PAULO, 2017). Então, como já foi apresentado anteriormente, as

cooperativas não possuem papéis negociados no mercado de valores mobiliários, impossibilitando a análise de *value relevance*.

2.2.1 Conservadorismo

Segundo Basu (1997) conservadorismo consiste na tendência dos contadores em exigir maior grau de verificação para reconhecer boas notícias (*good news*) do que más notícias (*bad news*) nas demonstrações financeiras. O conservadorismo é requisito de verificação assimétrica entre ganhos e perdas, onde quanto maior a diferença no grau de verificação necessária para ganhos em relação as perdas, maior o conservadorismo (WATTS, 2003). Não existe o conservadorismo se houver reconhecimento simétrico das boas e más notícias, e ou em casos em que as boas notícias são reconhecidas mais rapidamente do que as más (PAULO; ANTUNES; FORMIGONI, 2008).

Ball e Shivakumar (2005) interpretam o conservadorismo como captura da tendência do contador de exigir maior verificação para reconhecer boas notícias do que más notícias nas demonstrações financeiras. Assim no conservadorismo, os ganhos refletem más notícias mais rapidamente do que boas notícias.

O conservadorismo aumenta o conteúdo informacional das demonstrações contábeis (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008), dessa forma Santiago, Cavalcante e Paulo (2015) e Leite e Paulo (2019) entendem que o aumento do conservadorismo pode ser entendido como um aumento na qualidade da informação contábil.

Assim, o conservadorismo implica em decisões sobre o momento do reconhecimento oportuno dos ganhos e das perdas e, conseqüentemente, influenciando a escolha contábil. Porém, como outras características da informação contábil, o conservadorismo sofre influência do ambiente institucional e organizacional das empresas (PAULO, 2007).

A ideia geral do conservadorismo é o de fornecer informações confiáveis por meio das demonstrações financeiras, que de certa forma educa os gestores limitando seu entusiasmo natural na apresentação de perspectivas da empresa, o que contribui para o aumento da confiabilidade dos agentes externos sobre os números contábeis apresentados e pode minimizar o comportamento oportunístico dos administradores sobre os números contábeis, através da exigência assimétrica da verificabilidade (LOPES, 2002; IUDÍCIBUS, 2004; PAULO, 2007).

São duas as formas que o conservadorismo é apresentado, são elas o conservadorismo incondicional e conservadorismo condicional. O conservadorismo incondicional (*ex-ante*),

também frequentemente chamado de conservadorismo do balanço patrimonial, captura a ideia de um ativo sendo transportado no balanço patrimonial a um valor inferior ao seu valor neutro, assim ele é independente da notícia, faz parte das atividades da empresa (DANTAS; PAULO; MEDEIROS, 2013; MORA; WALKER, 2015).

Já o conservadorismo condicional (*ex-post*) refere-se à velocidade relativa com a qual as boas e más notícias sobre os ativos em vigor são refletidas nas demonstrações financeiras, ou seja, é reflexo da notícia. Se o sistema contábil requer maior grau de verificação para reconhecer boas notícias do que más notícias nos lucros, isso resultará em uma assimetria no reconhecimento de boas e más notícias, as más notícias são refletidas mais rapidamente que as boas (DANTAS; PAULO; MEDEIROS, 2013; MORA; WALKER, 2015).

O conservadorismo condicional, adquiriu especial relevância a partir de Basu (1997) e está associada a uma assimetria nos requisitos para o reconhecimento de ganhos e perdas, quando são maiores as exigências para reconhecer as boas notícias como lucro do que as más notícias como prejuízo (ERKENS; SUBRAMANYAM; ZHANG, 2011). Com esse tratamento assimétrico, é esperado que os resultados divulgados reflitam perdas econômicas mais tempestivamente que ganhos econômicos (BASU, 1997; BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; BALL; SHIVAKUMAR, 2005). Dentre os principais teóricos do conservadorismo estão (BASU, 1997; WATTS, 2003; BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Uma das necessidades das cooperativas de crédito, que foram levantadas anteriormente, é a obtenção de sobras, o comportamento conservador, no entanto, pode proporcionar números finais menores. Apesar de isso representar uma possibilidade forte, é importante destacar que a informação contábil conservadora deve ser, segundo Lopes (2002), Iudícibus (2004) e Paulo (2007), confiável, e conseqüentemente deve proporcionar mais confiança dos agentes externos, que no caso das cooperativas, podem ser possíveis cooperados.

Da mesma forma que as demais características da informação contábil, o conservadorismo sofre influência direta do sistema regulatório, da dinâmica do mercado de capitais de cada país e, também, do tipo de sociedade empresarial (ARRUDA *et al.*, 2015). As cooperativas de crédito apresentam características semelhantes a outras instituições financeiras, no entanto, são regidas por lei específica, assim sendo o comportamento conservador poderá influenciar, ou poderá ser interpretado de modo específico, associado ao seu tipo de negócio.

2.2.2 Persistência dos lucros contábeis

Existem duas grandes correntes para a pesquisa sobre persistência. A primeira é motivada por uma suposição de que lucros mais persistentes produzirão melhores insumos para modelos de avaliação e, portanto, lucros mais persistentes são de qualidade superior a lucros menos persistentes. Uma segunda corrente de pesquisa tenta abordar a questão mais ampla se o lucro é uma decisão útil, na medida em que melhora os resultados da avaliação do patrimônio (DECHOW *et al.*, 2010).

A persistência do lucro é uma *proxy* de qualidade da informação contábil e está associada à contribuição na previsão de resultados futuros da empresa, assumindo-se que lucros persistentes são mais úteis na avaliação de investimentos (KOLOZSVARI; MACEDO, 2016).

Na prática, para o mercado, a primeira consequência apontada pela literatura é que lucros mais persistentes resultarão em uma maior valorização do mercado acionário e, portanto, que aumentos nas estimativas de persistência produzirão retornos positivos do mercado acionário.

A literatura fornece evidências de que lucros mais persistentes têm uma resposta mais forte ao preço das ações, assim, a persistência dos lucros é uma *proxy* razoável para a qualidade dos lucros. Os lucros atuais constituem um bom indicador dos lucros futuros, que é o que os parâmetros de persistência medem, mas generalizar e dizer que eles fornecem condições de prever o fluxo de caixa futuro da companhia é atribuir uma responsabilidade muito grande à persistência (DECHOW *et al.*, 2010).

A persistência dos resultados é uma qualidade desejável para se prever os lucros das empresas vistas como opções de investimento pelos investidores nos mercados financeiros. É de se esperar que empresas abertas tenham maior grau de persistência dos seus lucros que empresas fechadas, com o intuito de atrair investidores, diminuindo o risco decorrente da previsão de seus resultados. Para este caso, uma companhia com maior persistência dos lucros tem uma maior qualidade da informação, pois seus lucros são capazes de prever os resultados futuros, apoiando assim a tomada de decisão dos usuários (ARRUDA; VIEIRA; PAULO, 2015; LEITE; PAULO, 2019).

Uma característica do conservadorismo, que é a assimetria no reconhecimento de boas e más notícias, também se verifica em relação à persistência dos lucros contábeis. Por esse preceito, o reconhecimento das boas notícias é menos oportuno do que o das más notícias. Em compensação, os lucros associados às boas notícias tendem a ser mais persistentes do que as

perdas decorrentes das más notícias. Essa maior persistência dos lucros se justificaria pelo fato de que as boas notícias se refletem apenas parcialmente no resultado presente, continuando a impactar os lucros dos momentos seguintes (BASU, 1997; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; DANTAS; PAULO; MEDEIROS, 2013).

As Cooperativas de Crédito não possuem ações negociadas em bolsas de valores, assim a persistência das sobras poderá ser observada sob uma ótica um pouco diferente do habitual. Ela poderá ser percebida de forma positiva por possíveis investidores do capital social da instituição ou de aplicações financeiras ou outras formas de investimentos por elas oferecidos. Pois tais sobras compõem parte do resultado dos investimentos. Ventura *et al.* (2009), afirmou que o instituto da distribuição das sobras líquidas do exercício pelas cooperativas contribui para gerar pressões internas por eficiência e orientação pela maximização do resultado econômico. Isso se dá, segundo os autores, por haver apropriação do resultado positivo pelo associado, de forma individual.

Da mesma forma a persistência nas sobras contribui para a continuidade das cooperativas de crédito sendo elas grandes ou pequenas, porém no caso das grandes, espera-se uma maior persistência em virtude de sua gestão ser considerada mais profissional já que elas possuem modelo de governança diferente das cooperativas menores, exigindo segregação entre Conselho de Administração e Diretoria (BACEN, 2015).

2.2.3 Gerenciamento de resultados

O gerenciamento de resultados pode ser entendido como o juízo de valor, que ocorre sem a violação das normas contábeis e que pode ser influenciado pela situação econômico-financeira que a empresa apresentar no momento da divulgação das Demonstrações Financeiras (MARTINEZ, 2001; PAULO, 2007; MACEDO; KELLY, 2016).

Dentre as diversas modalidades de gerenciamento de resultados, que depende principalmente das motivações, destacam-se três. A modalidade do resultado alvo (*target earnings*) consiste no gerenciamento para atingir determinadas metas de lucro predeterminadas, que podem ser superior ou inferior ao resultado do período. Na modalidade suavização de resultados (*income smoothing*), o objetivo é reduzir a variabilidade dos resultados, mantendo-se o resultado estável em um determinado patamar. Na contabilização conservadora (*big bath accounting*), a empresa piora o seu resultado atual a fim de melhorar o resultado futuro (MARTINEZ, 2001; KLANN; BEUREN, 2015).

Para detecção do gerenciamento de resultados, os *accruals* são utilizados por exercerem influência sobre o resultado das empresas. Os *accruals* específicos identificam o comportamento de determinadas empresas ou contas contábeis (TRAPP, 2009; KLANN; BEUREN, 2015; DANI; PANUCCI FILHO; SANTOS; KLANN, 2017). Os *accruals* totais são divididos em discricionários, que são passíveis de gerenciamento e os não discricionários que não são passíveis de gerenciamento. Assim sendo, os modelos de gerenciamento se dedicam na identificação dos *accruals* discricionários (KLANN; BEUREN, 2015).

Ohlson (2014) identifica os *accruals* como sendo a diferença entre ativos e passivos não monetários. Assim como adicionar a depreciação e outros itens não monetários aos lucros é, na melhor das hipóteses, uma maneira geral de interpretar os ganhos em dinheiro.

Gerenciamento de resultados é uma medida da qualidade da informação contábil, pois é, particularmente, uma resposta aos incentivos de informações das firmas. A utilização das informações contábeis como forma de distorcer propositalmente a realidade econômica da empresa é um dos temas mais abordados na literatura internacional (SCHOROEDER *et al.*, 2001; BURGSTAHER *et al.*, 2006; PAULO, 2007).

Vários modelos de gerenciamento de resultados excluem as instituições financeiras das bases de dados como Jones (1991), Jones (1995), Pae (2005) e Paulo (2007) entre outros. Sob a justificativa de que o processo de mensuração de *accruals* se diferenciam das demais companhias e, provavelmente, não são capturados adequadamente pelos modelos analisados (PAUJO, 2007).

Sobre modelos que analisaram especificamente instituições financeiras, o modelo de Shrieves e Dahl (2003) testou o comportamento discricionário de bancos japoneses de 1989 a 1996. Eles trabalharam com um sistema de quatro equações simultâneas: empréstimos, despesas com perdas com operações de crédito, ganhos ou perdas com títulos e valores mobiliários e dividendos. Apenas duas motivações para a suavização de resultados e gerenciamento de capital, as provisões para créditos de liquidação duvidosa e os ganhos e perdas, não realizados, com títulos e valores mobiliários na categoria para negociação.

Santos (2007) adaptou esse modelo para verificar se conglomerados financeiros que atuam no Brasil, entre 2000 a 2005, utilizam as provisões para perda com operações de crédito e os ganhos ou perdas, não realizados, na categoria para negociação como mecanismos para suavizar o resultado reportado e controlar capital regulatório. Ambos são modelos de *accruals* específicos.

Para Maia *et al.* (2013) um aspecto específico que poderia motivar as cooperativas de crédito a fazerem uso de práticas de gerenciamento de resultados, seria a adequação mínima de capital, prevista no acordo de Basileia e regulamentada no Brasil pelo Banco Central.

Hillier *et al.* (2008) acrescentam que em função da implantação de normas de exigência de capital, assim como os bancos, as cooperativas de crédito se viram obrigadas a adequar seu índice capital/risco, com a diferença de que estas não podem aumentar seu capital via mercado de ações, como os bancos conseguem fazer. Neste contexto, as cooperativas de crédito seriam motivadas a utilizar práticas de gerenciamento de resultados para ganhar tempo na adequação da proporção de seu patrimônio líquido em relação aos ativos ponderados pelo risco.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

A literatura apresenta estudos com abordagem de gerenciamento de resultados e de capital em cooperativas de crédito, porém não foram encontrados estudos que explorassem as *proxies* de conservadorismo ou persistência dos resultados nessas instituições.

Maia *et al.* (2013) investigaram a prática de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil. A pesquisa teve como objetivo verificar se há ocorrência de práticas de gerenciamento de resultados contábeis para controlar a adequação de capital imposta pela regulação do Banco Central do Brasil, em linha com os acordos de Basileia, nas cooperativas de crédito. O estudo visou também verificar se há ocorrência de gerenciamento para suavização de resultados, bem como para evitar reportar perdas. Os autores encontraram resultados que indicaram que as instituições estudadas não gerenciam seus resultados com o propósito de adequação ao capital regulatório. Por outro lado, identificaram evidências de ocorrência de suavização e gerenciamento de resultados para evitar reportar perdas.

Bressan *et al.* (2016) investigaram a prática de gerenciamento de resultados na modalidade *Income Smoothing* em cooperativas de crédito integrantes de um grande sistema de Cooperativas no Brasil. Como resultados os autores sinalizam a utilização da discricionariedade contábil para suavizar os resultados, ou seja, o resultado estatisticamente positivo e significativo permite inferir que quanto maior o resultado não discricionário, maior tende a ser a despesa líquida com provisões para operações de crédito. Este resultado corrobora a percepção de analistas do Banco Central do Brasil de que as instituições financeiras brasileiras, independentemente de ser banco ou cooperativa de crédito, optam por suavizar os resultados.

Ramos, Deconto, Simon e Bampi (2018) analisaram os fatores determinantes do desempenho econômico das cooperativas de crédito singulares do Brasil. A partir de uma amostra composta por 1.011 cooperativas de crédito singulares brasileiras, compreendendo os períodos de 2012 a 2016. Nos resultados os autores demonstraram que o volume das operações de crédito e operações ativas possuem efeito positivo sobre o desempenho das cooperativas, enquanto a inadimplência apresentou um efeito negativo. Assim, o estudo contribui para explicar os fatores que influenciam no desempenho econômico das cooperativas de créditos singulares do Brasil, auxiliando os diretores e cooperados das cooperativas de crédito a traçar estratégias para maximizar os fatores positivos e minimizar os negativos, contribuindo para a sustentabilidade dessas entidades.

Santos *et al* (2019) analisaram a relação das práticas de *income smoothing* no conservadorismo das cooperativas de crédito singulares brasileiras, partindo do pressuposto de que as sobras reportadas nas cooperativas de crédito *non-smoothers* são mais conservadoras que nas divulgadas pelas cooperativas de crédito *smoothers*. A amostra foi composta por um total de 5.717 observações, entre os anos de 2012 a 2018, das quais 3.125 (54,6%) correspondem àquelas cooperativas de crédito brasileiras singulares que, a partir do modelo de Eckel (1981) suavizaram os seus resultados (*smoothers*) e 2.592 (45,4%) as que não suavizaram (*non-smoothers*). Para mensuração do nível de conservadorismo condicional, o modelo proposto por Ball e Shivakumar (2005) foi adaptado. Os resultados destacaram um maior nível de conservadorismo por parte das cooperativas de crédito *non-smoothers*, demonstrando que ao suavizar as sobras da cooperativa, os gestores buscam ser menos conservadores ao adiantar possíveis perdas, revertendo menores resultados em períodos subsequentes. Este fato minimiza possíveis conflitos de agência, visto que, no extremo, resultados negativos sinalizam uma ineficiência da entidade em seus processos, trazendo uma maior instabilidade para os cooperados, resultando até na redução do capital social da cooperativa.

Ahmed *et al* (1999) exploram a mudança nos regulamentos de adequação de capital para construir testes robustos dos efeitos do gerenciamento de capital e resultados sobre provisões para créditos de liquidações duvidosas de empréstimos bancários. A amostra foi composta por 113 bancos dos Estados Unidos com dados anuais de 1986 a 1995. A principal hipótese era de que as provisões para crédito de liquidação duvidosas são usadas para gerenciamento de capital. Os autores não encontram evidências de gerenciamento de resultados por meio de provisões para crédito de liquidação duvidosas.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) buscaram identificar a existência de diferenças significativas entre companhias abertas e fechadas brasileiras no nível de conservadorismo de suas demonstrações contábeis, no período de 2000 a 2004. Utilizaram o modelo de Ball e Shivakumar (2005) para analisar o nível de conservadorismo por meio da reversão dos resultados contábeis. Os resultados por eles obtidos evidenciaram que as companhias fechadas apresentam menor probabilidade de reconhecimento oportuno das perdas e, por isso, possuem menor nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis em relação às companhias abertas.

Conservadorismo condicional na indústria bancária foi abordado por Dantas *et al.* (2013), que buscaram verificar se os resultados contábeis dos bancos brasileiros registram evidências de conservadorismo condicional e, mais especificamente, se essa prática pode ser associada a situações de maior percepção de risco. Foram utilizados os dados das informações financeiras trimestrais dos bancos comerciais, bancos múltiplos e caixas econômicas, entre 2001 e 2010. As *proxies* representativas das situações de maior percepção de risco foram construídas em função dos períodos caracterizados como de risco sistêmico, do Índice de Basileia e do nível de capitalização contábil dos bancos. As evidências obtidas confirmaram a premissa de assimetria no reconhecimento das boas e más notícias, com o diferimento dos ganhos econômicos e reconhecimento mais tempestivo das perdas. Quando a *proxy* de situação de risco é baseada no nível de capitalização eminentemente contábil, porém, os testes revelaram associação negativa entre o reconhecimento mais tempestivo das perdas econômicas e o nível de participação do capital próprio na estrutura de capitais das instituições.

Sobre conservadorismo e persistência em instituições financeiras Arruda *et al.* (2015) analisaram o conservadorismo e a persistência dos resultados de instituições financeiras, abertas e fechadas, brasileiras. O objetivo dos autores foi de analisar o comportamento dos níveis de conservadorismo e de persistência dos resultados contábeis das instituições financeiras abertas e fechadas brasileiras. Como resultados os autores identificaram que nenhum dos tipos de instituições financeiras (abertas e fechadas) apresenta reconhecimento oportuno das perdas ocorridas no período analisado. Em relação à persistência dos resultados contábeis, as análises apontaram que as instituições financeiras fechadas apresentam maior persistência em seus resultados contábeis que as instituições abertas, resultando em maior previsibilidade dos lucros futuros pelos lucros presentes.

Kolozsvári e Macedo (2016) investigaram a influência da suavização de resultados sobre a persistência dos lucros no mercado brasileiro. Argumenta-se que as escolhas contábeis

realizadas pelas empresas, em prol da divulgação de estabilidade, podem alterar o nível informacional do desempenho relatado ao mercado e, assim, afetar sua utilidade, notadamente para fins de precificação das empresas e decisões de alocação de recursos. Os resultados mostram o aumento da transitoriedade da série temporal, promovida pela presença da suavização de resultados, e se constata que a divulgação de estabilidade, informada através de uma série de lucros suaves, prejudicou a sustentabilidade do desempenho reportado, captada pela persistência da série. Os autores concluíram que, ao menos para as empresas da amostra, a divulgação de desempenhos constantes abriu espaço para a perda de sustentação dos lucros como informação, na qual os investidores, financiadores e administradores baseiam suas decisões.

A partir da estrutura conceitual e dos estudos anteriores temos que se a contabilidade conservadora é um veículo para reduzir a incerteza e assimetria de informação, desta forma, espera-se que uma estrutura de governança menos sólida resulte em maior demanda para uma contabilidade conservadora (LAFOND; WATTS, 2008; CHI; LI; WANG, 2009; MEDEIROS, 2017).

As instituições financeiras cooperativas maiores são estruturas mais complexas e com um grau de exigência e de visibilidade maior tanto por parte do mercado onde ela está inserida, quanto por parte das centrais, confederações de cooperativas e BACEN. Sendo conservadoras se assemelhamo a bancos abertos onde a separação entre propriedade e controle são presentes, e onde se exige maior grau de conservadorismo (NICHOLS; WAHLEN; WIELAND, 2009). Em face te toda a discussão já levantada tem-se a primeira hipótese de pesquisa:

Hipótese 1: As demonstrações financeiras reportadas pelas maiores cooperativas de crédito singulares são mais conservadoras que as reportadas pelas cooperativas de crédito menores.

Lucros são de alta qualidade quando representam com acurácia o valor da firma, também denominados “lucros permanentes”, e que a persistência é um parâmetro significativo de qualidade quando os lucros refletem o desempenho no período e se esse desempenho corrente persistiu em períodos posteriores (KOLOZSVARI; MACEDO, 2016).

A persistência das sobras das cooperativas de crédito singulares podem ser absorvidas pelo mercado sob o ponto de que essas instituições necessitam apresentar bons resultados pelo fato de estarem inseridas em um ambiente com concorrência forte dos bancos, pela necessidade

de distribuição de bons resultados para atrair novos investidores e para a constituição de reservas que possibilitem a formação de um capital de qualidade para o cumprimento do capital mínimo regulatório imposto pelo BACEN originados dos acordos de Basileia, para tanto levantou-se a segunda hipótese de pesquisa:

Hipótese 2: A persistência nas sobras reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito é mais intensa em cooperativas grandes do que em pequenas.

Ainda sob a ótica de maior visibilidade por parte do mercado e órgãos superiores, as maiores cooperativas de crédito provavelmente são mais cuidadosas ao apresentar informações contábeis, buscando assim maior qualidade destas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é parte diretamente relacionada a atividade fim de uma cooperativa de crédito singular que é a intermediação financeira. Dessa forma as cooperativas maiores teriam menor propensão em gerenciar seus resultados, principalmente nesses *accruals* específicos pela sua importância para esse tipo de instituição.

O gerenciamento de resultados contábeis é uma prática discricionária que altera fundamentalmente os resultados contábeis com vistas a consecução de objetivos ou a atender motivações próprias dos gestores (MARTINEZ, 2001; DUARTE, 2016).

As cooperativas de crédito poderiam ser levadas a gerenciar seus resultados de forma a suavizar os mesmos, ou a evitar reportar perdas, fazendo uso da discricionariedade sobre certas contas contábeis para evitar sinalizar uma situação de mau desempenho econômico (BRESSAN *et al.*, 2016). Com vistas no gerenciamento das provisões para créditos de liquidação duvidosa das cooperativas de crédito definiu-se a terceira hipótese de pesquisa:

Hipótese 3: As cooperativas de crédito singulares utilizam as provisões para créditos de liquidação duvidosa como mecanismos de gerenciamento de resultados, com mais intensidade em cooperativas grandes do que em pequenas.

3 METODOLOGIA E DADOS

3.1 DADOS

Foram utilizados dados anuais das cooperativas de crédito singulares brasileiras, disponibilizados no *site* do Banco Central do Brasil. A coleta é referente ao período de 2000 a 2018. Esse período se justifica pelo início da vigência da resolução 2682/99 do BACEN sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os dados utilizados na amostra são referentes a estrutura das Cooperativas de Crédito, como ativo total, carteira de crédito, provisão para crédito de liquidação duvidosa e sobras líquidas, tipo e tamanho. Foi montado um painel balanceado com todas as cooperativas de crédito singulares no período analisado. Foram excluídas as cooperativas sem informação disponível para algum dos anos analisados.

3.2 MODELOS ECONOMETRICOS

Todos os modelos em painel são dinâmicos, na medida em que eles exploram a natureza longitudinal dos dados (ANDRADE; TIRYAKI, 2017). Os modelos dinâmicos incluem a variável dependente defasada como variável explicativa. Nessa dissertação são utilizados modelos dinâmicos para avaliar as *proxies* de conservadorismo e persistência, já que são utilizados dados defasados das sobras das cooperativas para explicar as variáveis dependentes nos modelos.

3.2.1 Conservadorismo

O modelo teórico utilizado para avaliação do conservadorismo dos relatórios contábeis das cooperativas de crédito foi desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), e permite analisar o nível de Conservadorismo por meio da reversão dos resultados contábeis. Esse modelo é o mesmo utilizado por Paulo *et al.*, (2008) quando verificaram a existência de diferenças significativas entre os níveis de conservadorismo nas demonstrações contábeis das companhias abertas e fechadas brasileiras, bem como por Arruda *et al.*, (2015) quando avaliaram o nível de conservadorismo das instituições financeiras abertas e fechadas brasileiras. A equação (1) é apresentada em seguida:

$$\Delta SL_{ct} = \beta_0 + \beta_1 D\Delta SL_{ct-1} + \beta_2 \Delta SL_{ct-1} + \beta_3 \Delta SL_{ct-1} * D\Delta SL_{ct-1} + \beta_4 DPR + \beta_5 DPR * D\Delta SL_{ct-1} + \beta_6 DPR * \Delta SL_{ct-1} + \beta_7 DPR * D\Delta SL_{ct-1} * \Delta SL_{ct-1} + \varepsilon_{ct} \quad (1)$$

Em que,

ΔSL_{ct} = variação na sobra líquida da cooperativa c do ano $t-1$ para o ano t ;

$D\Delta SL_{ct-1}$ = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa na sobra líquida da cooperativa c do ano $t-1$ para o ano t , assumindo valor 1 se < 0 , e 0 nos demais casos;

ΔSL_{ct-1} = variação na sobra líquida da cooperativa c do ano $t-2$ para o ano $t-1$;

DPR = variável *dummy*, assumindo valor 1 para cooperativas grandes e 0 para cooperativas pequenas;

ε_{ct} = erro da regressão.

O somatório dos coeficientes β_2 e β_3 significativamente menor que zero indica a presença de conservadorismo nos resultados. O β_2 maior que zero evidenciará o reconhecimento oportuno, isso quer dizer que os ganhos são transitórios no exercício atual e podem ser revertidos em exercícios futuros. Para os resultados positivos serem considerados componentes persistentes das sobras das cooperativas, o coeficiente β_2 deve ser igual a zero (BALL; SHIVAKUMAR, 2005; PAULO *et al.*, 2008).

3.2.2 Persistência das sobras

A partir da importância da persistência dos resultados tanto para garantia do capital regulatório mínimo requerido como para a captação de novos investidores, além da diferença na governança. Espera-se que esta qualidade seja maior em Cooperativas maiores do que em Cooperativas menores, ou seja, cooperativas com modelo de governança com diretoria profissional contratada pelo conselho de administração. Assim, a persistência nos resultados poderá ser importante na previsão de resultados futuros das cooperativas de crédito singulares brasileiras.

Nesse trabalho de dissertação utilizou-se o modelo de persistência desenvolvido por Dechow e Schrand (2004), conforme equação (2):

$$SL_{ct+1} = \beta_0 + \beta_1 SL_{ct} + \beta_2 DPR + SL_{ct} * DPR + \varepsilon_c \quad (2)$$

Em que,

SL_{ct+1} = o valor da variável dependente, sobras na cooperativa de crédito c no ano $t+1$;

SL_{ct} = o valor da variável independente, sobras na cooperativa de crédito c no ano t ;

DPR = variável *dummy*, assumindo valor 1 para cooperativas grandes e 0 para cooperativas pequenas;

ε_c = o erro da regressão

A persistência das sobras das Cooperativas de Crédito é verificada mediante análise do coeficiente β_1 estimado na equação 2. Assim, considera-se que a Cooperativa de Crédito, grande ou pequena, que apresentar o maior coeficiente β_1 será a que apresenta maior nível de persistência das suas sobras.

O modelo de Dechow e Schrand (2004), propõe que os resultados passados explicam o resultado presente e futuros, tratando-se assim de um modelo autoregressivo.

3.2.3 Gerenciamento de Resultados

O modelo de gerenciamento utilizado nesse trabalho de dissertação é adaptado dos modelos de Fuji (2004) e Goulart (2007), ambos embasaram suas pesquisas em Martinez (2001).

Esse modelo também foi utilizado por Macedo e Kelly (2016) que analisaram indícios de gerenciamento de resultados nas instituições financeiras que operam no mercado brasileiro, por meio do uso das provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) como *accruals* específicos, no período de 2006 a 2012, tendo como foco a presença de capital estrangeiro. Tal modelo também foi utilizado por Maia *et al.* (2013) e Bressan *et al.* (2016) que investigaram a prática de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito brasileiras.

O modelo econométrico é apresentado na equação (3) a seguir:

$$PCLD_{c,t} = \beta_0 + \beta_1 SL_{c,t} + \beta_2 CRED_{c,t} + \beta_3 DPR + \beta_4 DPR * SL_{c,t} + \varepsilon_{c,t} \quad (3)$$

Em que,

$PCLD_{c,t}$ = é a despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa da cooperativa c no período t dividida pelo Ativo Total;

$SL_{c,t}$ = é o resultado excluindo as despesas com PCLD e despesas com IR da cooperativa c no período t dividido pelo Ativo Total;

$CRED_{c,t}$ = são as operações de crédito e arrendamento mercantil da cooperativa c no período t dividido pelo Ativo Total;

DPR = é a variável *dummy* para tamanho, assumindo valor 1 para cooperativas grandes e 0 para cooperativas pequenas;

$\varepsilon_{c,t}$ = o erro da regressão

O argumento é de que cooperativas maiores teriam mais propensão ao gerenciamento de resultados, ou seja, que teriam informações contábeis de menor qualidade.

Espera-se que se houver indícios de gerenciamento de resultado com o uso da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sinal do coeficiente β_1 da variável $SL_{c,t}$ será positivo e significativo. Se este gerenciamento for mais forte em cooperativas menores a variável $DPR*SL_{c,t}$ apresenta coeficiente β_3 com sinal negativo e significativo. Por fim, por conta da relação natural entre as provisões para créditos de liquidação duvidosa espera-se que a variável $CRED$ tenha coeficiente β_2 com sinal positivo e significativo (MACEDO; KELLY, 2016).

Para analisar a qualidade das informações contábeis, utilizando as *proxies* de conservadorismo, persistência das sobras e gerenciamento de resultados por meio de *accruals* específicos (PCLD), foi utilizado o modelo de regressão com dados em painel. Então, foram necessários testes estatísticos para verificar se a estimação dos modelos se daria por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), efeitos aleatórios ou efeitos fixos para todos os grupos analisados. Inicialmente, mediante o teste de *Chow*, verificou a adequação do modelo para estimadores por efeitos fixos e MQO, onde o teste rejeitou a hipótese nula para estimação por modelo MQO. Posteriormente, foi utilizado o teste do multiplicador de *Lagrangian* de *Breusch-Pagan*, para analisar a estimação por MQO e efeitos aleatórios, rejeitando a hipótese nula de adequação do modelo por estimadores por MQO. Por último, realizou-se o teste de *Hausman* para verificar se a estimação seria por efeitos fixos ou aleatórios, onde a hipótese nula de consistência dos estimadores por efeitos aleatórios foi rejeitada. Assim, os modelos utilizados foram estimados com dados em painel por efeitos fixos, a exceção da análise de persistência para cooperativas grandes que apresentou MQO como melhor estimador.

4 RESULTADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A tabela 1, é apresentada a distribuição do painel pelo tamanho das cooperativas em cada ano analisado. A série se inicia no ano de 2000 com 1224 cooperativas, sendo 1214 pequenas e apenas 10 grandes e termina no ano de 2018 com 918 cooperativas, sendo 406 pequenas e 512 grandes.

Tabela 1 – Cooperativas de Crédito analisadas – 2000 a 2018

Ano/tamanho	Pequenas	Grandes	Total
2000	1214	10	1224
2001	1272	19	1291
2002	1306	28	1334
2003	1329	39	1368
2004	1292	55	1347
2005	1279	81	1360
2006	1262	107	1369
2007	1246	134	1380
2008	1219	158	1377
2009	1144	190	1334
2010	1057	233	1290
2011	962	278	1240
2012	885	315	1200
2013	792	349	1141
2014	713	388	1101
2015	645	412	1057
2016	563	451	1014
2017	477	484	961
2018	406	512	918

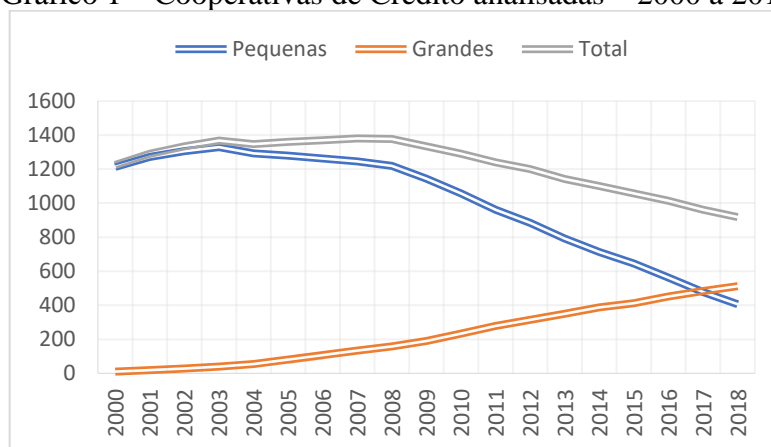
Fonte: Elaborada pelo autor com dados do BACEN (2019)

Percebe-se que a quantidade total de cooperativas aumenta no início da série até o ano de 2007 quando alcança o pico, 1380, a partir daí a quantidade total de cooperativas diminui

até chegar à menor quantidade, 918, no ano de 2018. Percebe-se também que no início da série no ano 2000 a maioria absoluta das Cooperativas eram de pequeno porte, somente 10 delas possuíam ativos totais que superavam R\$ 50.000.000,00. Essa realidade foi se modificando durante os anos até que em 2017 as Cooperativas com ativos totais maiores que R\$ 50.000.000,00 passaram a ser maioria, dentro da amostra do painel.

O gráfico 1, demonstra a dinâmica do comportamento das cooperativas de crédito brasileiras. A mudança da quantidade e a transformação da estrutura ficam evidenciadas no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Cooperativas de Crédito analisadas – 2000 a 2018



Fonte: Elaborada pelo autor com dados do BACEN (2019)

Identifica-se com o gráfico uma modificação do perfil das cooperativas durante o período analisado. Inicialmente elas continuam aumentando a quantidade, até iniciar um processo de redução dessa quantidade, da mesma forma o processo de crescimento das cooperativas fica evidenciado com o aumento da quantidade de cooperativas maiores.

Essa modificação no perfil das cooperativas pode ser explicada por alguns aspectos. Inicialmente pelo crescimento natural de cada instituição. Outro aspecto é que muitas delas se tornaram de livre admissão, o que possibilita um aumento no quadro social e conseqüentemente dos negócios realizados. Por último, ocorreram incorporações de cooperativas menores por cooperativas maiores, ou união de cooperativas de portes semelhantes.

A seguir, a tabela 2 apresenta a estatística descritiva, com as informações estatísticas, das cooperativas no período analisado, das contas contábeis Ativos Totais, Sobras Líquidas e Operações de Crédito.

Tabela 2 – Estatística descritiva – cooperativas grandes – 2000 a 2018

	Observações	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Sobras						
Líquidas	4.243	4.507.878,86	2.233.000,00	(68.684.000,00)	124.228.000,00	7.757.527,20
Operações de Crédito	4.243	143.305.023,57	72.389.000,00	0	2.857.056.000,00	216.360.231,24
Ativos Totais	4.243	254.267.794,96	126.206.000,00	50.011.000,00	5.725.768.000,00	387.828.974,40

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do BACEN (2019)

Considerando todo o período analisado, são 4.243 observações com as cooperativas que possuem ativos totais maiores que R\$ 50.000.000,00. As cooperativas possuem em média ativo total de R\$ 254.267.794,96 e mediana R\$ 126.206.000,00 com desvio padrão maior que a média e mediana apresentando um valor de R\$ 387.783.269,49, a menor cooperativa possui R\$ 50.011.000,00 de ativo total e a maior cooperativa possui R\$ 5.725.768.000,00. Essas cooperativas apresentam em média R\$ 4.507.878,86 e mediana de R\$ 2.233.000,00 de sobras líquidas, sendo as menores sobras, na verdade prejuízo, no valor de R\$ 68.684.000,00, e as maiores sobras são de R\$ 124.228.000,00. A média do valor das operações de crédito é de R\$ 143.305.023,57 e a mediana R\$ 72.389.000,00, com desvio padrão também maior que a média no valor de R\$ 216.334.733,60, a menor carteira de crédito possui valor zero e a maior carteira de crédito é de R\$ 2.857.056.000,00.

Tabela 3 – Estatística descritiva – cooperativas pequenas – 2000 a 2018

	Observações	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Sobras						
Líquidas	19.063	199.220,95	86.000,00	(23.217.000,00)	7.242.000,00	489.935,33
Operações de Crédito	19.063	5.553.487,12	2.489.000,00	0	54.994.000,00	7.231.243,04
Ativos Totais	19.063	9.146.592,98	4.201.000,00	0	10.460.000,00	11.469,63

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do BACEN (2019)

Também considerando todo o período analisado, são 19.063 observações com as cooperativas que possuem ativos totais menores que R\$ 50.000.000,00. Formando assim o maior grupo de cooperativas para o período. Essas cooperativas possuem em média ativo total de R\$ 9.146.592,98 e mediana de R\$ 4.201.000,00, com desvio padrão mais uma vez maior que a média, apresentando um valor de R\$ 11.469.328,33, a menor cooperativa possui ativo total zero e a maior cooperativa possui R\$ 49.994.000,00. Esse grupo de cooperativas apresenta média R\$ 199.220,95 e mediana de R\$ 86.000,00 de sobras líquidas, sendo as menores sobras, na verdade prejuízo, no valor de R\$ 23.217.000,00, e as maiores sobras são de R\$ 7.242.000,00.

A média do valor das operações de crédito é de R\$ 5.553.487,12 e a mediana R\$ 2.489.000,00, com desvio padrão também maior que a média no valor de R\$ 7.231.053,37, a menor carteira de crédito possui valor zero e a maior carteira de crédito é possui valor de R\$ 54.994.000,00.

Analisando os desvios padrão das duas amostras, sugerem que as sobras líquidas das cooperativas pequenas são mais voláteis que as reportadas pelas cooperativas grandes. Já as operações de crédito apresentam mais volatilidade nas cooperativas grandes, comparadas as operações de crédito reportadas pelas cooperativas pequenas. O mesmo comportamento é observado nos ativos totais, ou seja, as cooperativas grandes, apresentam mais volatilidade nessa conta contábil que as cooperativas pequenas.

A tabela 4, apresenta os testes de médias das sobras líquidas, das operações de crédito, dos ativos totais e das provisões para crédito de liquidação duvidosa. Comparando as médias das variáveis entre as cooperativas grandes e as pequenas.

Tabela 4 – Teste de Média

Hipótese Nula	<i>p-value</i>	Decisão
As médias das sobras líquidas são iguais quando comparadas as cooperativas grandes com as pequenas	0,0000	Rejeita a Hipótese nula
As médias das operações de crédito são iguais quando comparadas as cooperativas grandes com as pequenas	0,0000	Rejeita a Hipótese nula
As médias dos ativos totais são iguais quando comparadas as cooperativas grandes com as pequenas	0,0000	Rejeita a Hipótese nula
As médias das provisões para crédito de liquidação duvidosa são iguais quando comparadas as cooperativas grandes com as pequenas	0,0033	Rejeita a Hipótese nula

Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

As hipóteses nulas são que as médias das variáveis analisadas são iguais quando comparadas entre as cooperativas grandes e pequenas. As hipóteses levantadas são rejeitadas para todas as quatro variáveis, assim, as médias das sobras líquidas, operações de crédito, dos ativos totais e PCLD são estatisticamente diferentes entres as cooperativas grandes e as cooperativas pequenas.

4.2 CONSERVADORISMO

A tabela 5, apresenta os resultados da análise referente a *proxy* de conservadorismo das demonstrações financeiras das cooperativas de crédito. O modelo é estatisticamente significativo, conforme teste F e apresenta coeficiente de determinação de 0,296.

Tabela 5 – Regressão por Efeitos Fixos para Conservadorismo

Variável	Coefficiente	<i>p-value</i>
$D\Delta SL_{ct-1}$	-268,233	0,000
ΔSL_{ct-1}	-0,15665	0,000
$\Delta SL_{ct-1} * D\Delta SL_{ct-1}$	-0,2342	0,000
<i>DPR</i>	1343,912	0,000
<i>DPR</i> * $D\Delta SL_{ct-1}$	-2463,71	0,000
<i>DPR</i> * ΔSL_{ct-1}	0,032135	0,256
<i>DPR</i> * $D\Delta SL_{ct-1} * \Delta SL_{ct-1}$	-0,00104	0,980
Constante	216,1621	0,000
R^2	0,296	
F	1092,7	0,000
Teste de Breusch-Pagan	0,000	1,000
Teste de Hausman	275,58	0,000

Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

Considerando um nível de significância de 1%, pode-se afirmar que a variável ΔSL_{ct-1} (variação na sobra líquida da cooperativa *c* do ano *t-2* para o ano *t-1*) que possui o coeficiente β_2 estatisticamente diferente de zero, demonstra que os resultados das cooperativas sofrem reversões em períodos subsequentes. Isso indica, segundo Arruda *et al.* (2015), que podem existir reconhecimentos oportunos de boas notícias que podem ser revertidos em períodos futuros. Conforme Paulo, Antunes e Formigoni (2008), Arruda *et al.* (2015) e Leite e Paulo (2019) esse resultado é compatível.

Os coeficientes β_2 e β_3 , presentes nas variáveis ΔSL_{ct-1} (variação na sobra líquida da cooperativa *c* do ano *t-2* para o ano *t-1*) e $\Delta SL_{ct-1} * D\Delta SL_{ct-1}$ (interação entre a variação na sobra líquida da cooperativa *c* do ano *t-2* para o ano *t-1* e variável *dummy* para indicar se existe variação negativa na sobra líquida da cooperativa *c* do ano *t-1* para o ano *t*), apresentam soma significativamente menor que zero o que indica a presença de conservadorismo nos resultados reportados nas demonstrações contábeis das cooperativas de crédito.

Esses resultados se assemelham ao encontrado Santos *et al* (2019), que avaliaram uma base de dados contida na base desse trabalho, ou seja, cooperativas de crédito, se assemelha

também ao resultado obtido por Paulo, Antunes e Formigoni (2008) que avaliaram uma base de dados de empresas não financeiras e diverge de Arruda *et al.* (2015) que analisaram instituições financeiras.

Já a variável $\Delta SL_{ct-1} * D\Delta SL_{ct-1}$ (interação entre a variação na sobra líquida da cooperativa c do ano $t-2$ para o ano $t-1$ e variável *dummy* para indicar se existe variação negativa na sobra líquida da cooperativa c do ano $t-1$ para o ano t) que possui o coeficiente β_3 , também estatisticamente menor que zero, indica comportamento mais oportuno das perdas do que dos ganhos, o que sinaliza, segundo Santiago *et al.* (2015) e Leite e Paulo (2019), reversão dos resultados negativos, de forma que reforça a sinalização que o reconhecimento oportuno das perdas econômicas resulta na redução dos resultados transitórios. Resultado diverge de Arruda *et al.* (2015) e Leite e Paulo (2019).

Destacando que os resultados positivos ou negativos são distribuídos entre os cooperados, dessa forma, Maia *et al.*, (2013) e Santos *et al.*, (2019) afirmam que a divulgação de resultados negativos ou com uma grande variabilidade pode sinalizar uma situação de risco para as cooperativas de crédito, pois pode remeter aos cooperados uma ideia de ineficiência ou até mesmo de insegurança econômico-financeira da entidade.

Os coeficientes β_4 e β_5 , são estatisticamente diferentes de zero e significativos, os coeficientes β_6 e β_7 são insignificantes estatisticamente, assim, esses resultados indicam que existe diferença no comportamento conservador entre as demonstrações financeiras reportadas pelas cooperativas maiores e as reportadas pelas cooperativas menores, sendo as cooperativas maiores mais conservadoras que as menores, nas informações reportadas nas suas demonstrações financeiras.

Todos esses resultados encontrados no modelo não rejeitam a primeira hipótese levantada nesse trabalho de dissertação, que foi, se as demonstrações financeiras reportadas pelas cooperativas de crédito singulares brasileiras maiores são mais conservadoras que as reportadas pelas cooperativas de crédito menores.

4.3 PERSISTÊNCIA DAS SOBRAS

A tabela 6, apresenta os resultados da análise referente à persistência das sobras reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito. Os modelos são estatisticamente significativos, conforme teste F realizados. Para as cooperativas pequenas a estimação foi realizada por efeitos fixos e para as cooperativas grandes a estimação foi realizada

por MQO, com erro padrão robusto, dados todos os resultados dos testes já mencionados no início da análise.

A capacidade explicativa da variável independente sobre a variável dependente para as grandes cooperativas é de ($R^2 = 0,793$), maior do que para as pequenas cooperativas ($R^2 = 0,308$). As variáveis são estatisticamente significantes a um nível de significância de 1%.

Tabela 6 – Regressão para Persistência das sobras

	Pequenas Cooperativas		Grandes Cooperativas	
	Coefficiente	<i>p-value</i>	Coefficiente	<i>p-value</i>
Constante	146,510	0,000	621,947	0,000
Sobras _{t-1}	0,359	0,000	1,012	0,000
R ²	0,308		0,793	
Estatística F	1560,73	0,000	749,3	0,000
Observações	17.294		3.665	
Teste de Breusch-Pagan	214,4	0,000	*	*
Teste de Hausman	693,1	0,000	179,2	0,000

Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

* MQO estimado com erro padrão robusto de White

As variáveis são estatisticamente significativas a um nível de significância de 1%. A partir dos resultados das regressões, verifica-se que as cooperativas grandes apresentaram maiores persistências nas sobras do que as cooperativas pequenas, observado no coeficiente β_1 da variável SL_{ct} (sobras na cooperativa de crédito c no ano t) 1,012 para as grandes cooperativas e 0,359 para as pequenas cooperativas. Esse resultado não se assemelha ao encontrado por (ARRUDA *et al.*, 2015) quando identificaram que as instituições financeiras fechadas são mais persistentes que as abertas.

Também foi estimado um modelo de regressão por MQO (por ser a forma funcional mais adequada) com todas as cooperativas, grandes e pequenas, juntas, confirmou-se que as sobras reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito brasileiras são persistentes considerando todo o período analisado.

A persistência das sobras encontrada nas grandes cooperativas pode indicar aos cooperados situação de menor risco, remetendo eficiência e insegurança econômico-financeira da entidade. Assim como as instituições financeiras fechadas analisadas por Arruda *et al.*, (2015) o resultado pode sugerir que a maior persistência dos resultados contábeis se deve ao fato dessas firmas terem uma maior preocupação com a informação reportada, onde uma menor

volatilidade dos lucros representa menor risco, obtendo assim melhores condições na captação de recursos com seus credores.

Esse resultado não rejeita a segunda hipótese de pesquisa, se há persistência das sobras reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito e é mais intenso em cooperativas grandes do que em pequenas.

Tais resultados sobre a persistência das sobras das cooperativas contribuem para a boa avaliação das cooperativas, pelo mercado e principalmente por investidores, considerando que esses resultados são distribuídos para os associados.

4.4 GERENCIAMENTO DOS RESULTADOS

Na tabela 7 é apresentado o resultado da análise referente ao gerenciamento de resultados por *accrual* específico (PCLD) das demonstrações financeiras das cooperativas de crédito. O modelo é estatisticamente significativo, conforme teste F realizados. A capacidade explicativa das variáveis independentes sobre a variável dependente é de ($R^2 = 0,829$). Todas as variáveis são estatisticamente significantes a um nível de significância de 1%.

Tabela 7 – Gerenciamento de resultados

Variável	Coefficiente	<i>p-value</i>
SLct	-0,1479164	0,000
CREDct	-0,7258269	0,000
DPR	-0,0057307	0,122
DPR_SLct1	0,2436611	0,002
_cons	0,4159065	0,000
R^2	0,829	
F	38654	0,000
Teste de Breusch-Pagan	12451,9	0,000
Teste de Hausman	2707,5	0,000

Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

A variável $CRED_{c,t}$ (operações de crédito e arrendamento mercantil da cooperativa c no período t dividido pelo Ativo Total) apresenta o coeficiente β_2 com sinal negativo e significativamente diferente de zero, isso quer dizer que um aumento no volume de operações de crédito representa uma queda nas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Isso faz sentido se a qualidade do crédito representar menor risco para a instituição quando da classificação de risco das operações. Santos *et al.*, (2019) identificou que a classificação de

risco de crédito das operações das cooperativas permaneceu nos riscos A e B, com uma leve deterioração entre 2014 e 2017.

A variável $SL_{c,t}$ (resultado excluindo as despesas com PCLD e despesas com IR da cooperativa c no período t dividido pelo Ativo Total) possui o coeficiente β_1 com sinal negativo e estatisticamente diferente de zero, quer dizer que as demonstrações financeiras das cooperativas de crédito não apresentam indícios de gerenciamento de resultado com uso da PCLD.

Esse resultado diverge de Bressan *et al.* (2016), que avaliaram gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito do sistema SICREDI, Maia *et al.* (2013) que avaliaram gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito do sistema SICOOB, no entanto esses dois trabalhos não avaliam gerenciamento com uso de *accruals* específicos. Diverge também de Macedo e Kelly (2016) que avaliaram o gerenciamento de resultados através do uso da PCLD em instituições financeiras que operam no mercado brasileiro. Se assemelha à AHMED *et al.* (1999) que analisaram o uso da PCLD para gerenciamento de resultado de bancos dos Estados Unidos.

Esse resultado rejeita a terceira hipótese dessa pesquisa que diz que as cooperativas de crédito singulares brasileiras utilizam as provisões para créditos de liquidação duvidosa como mecanismos de gerenciamento de resultados, com mais intensidade em cooperativas grandes do que em pequenas.

Quando uma instituição financeira verifica que seu lucro antes da PCLD e do IR é mais alto, existe a tendência de aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Porém, quando o resultado antes da PCLD e do IR é mais baixo, as instituições financeiras tendem a provisionar menos. Este possível comportamento é justificado por motivações de gerenciamento de resultados por meio do alisamento dos resultados em que se busca a estabilidade e constância do lucro (MACEDO; KELLY, 2016).

Esse comportamento não é observado em cooperativas de crédito e acredita-se que o principal motivo é o fato de essas instituições não terem em seu objetivo o lucro, assim sendo, tal resultado não seria o mais importante para elas e gerenciá-los por meio do uso da PCLD não seria importante. Outro fator que pode ser considerado é o fato de serem instituições menores que as instituições financeiras tradicionais e na grande maioria, conforme dados analisados, sem gestão profissional. Espera-se que em estudos futuros tal comportamento se modifique, pois, o modelo de gestão está se modificando com o tempo, principalmente após a resolução 4434/2015 do BACEN.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se nesse trabalho de dissertação a modificação do perfil das cooperativas durante o período analisado. No início do período analisado a quantidade total de cooperativas ainda apresentou aumento na quantidade total, no entanto, esse comportamento passa a se inverter antes da metade do período analisado. Outro comportamento verificado é a redução da quantidade de cooperativas pequenas e o conseqüente aumento de cooperativas grandes. O que pode ser explicada por alguns aspectos. Inicialmente pelo crescimento natural de cada instituição. Outro aspecto é que muitas delas se tornaram de livre admissão, o que possibilita um aumento no quadro social e conseqüentemente dos negócios realizados. Por último, ocorreram incorporações de cooperativas menores por cooperativas maiores, ou união de cooperativas de portes semelhantes.

O objetivo dessa dissertação foi analisar o nível de qualidade das informações contábeis divulgadas pelas cooperativas de crédito singulares brasileiras e identificar onde ela é mais presente, em cooperativas maiores ou menores. Especificamente, buscou-se investigar se as demonstrações financeiras divulgadas pelas cooperativas de crédito maiores são mais conservadoras que as informações contábeis divulgadas pelas cooperativas de crédito menores, buscou-se também investigar se há persistência das sobras e se a intensidade dela é maior em cooperativas grandes do que cooperativas pequenas; por fim, buscou-se investigar se as cooperativas de crédito utilizam as provisões para crédito de liquidação duvidosa como mecanismo de gerenciamento de resultados, e se é mais intenso em cooperativas grandes do que em pequenas.

Em relação a *proxy* do conservadorismo, os resultados apresentaram que existem reconhecimentos oportunos de boas notícias que podem ser revertidos em períodos subsequentes. E que as demonstrações financeiras das cooperativas de crédito indicam comportamento mais oportuno das perdas do que dos ganhos, o que proporciona uma redução dos resultados transitórios.

Foi possível identificar também, que existe diferença no comportamento conservador entre as demonstrações financeiras reportadas pelas cooperativas maiores e as reportadas pelas cooperativas menores, sendo aquelas mais conservadoras que estas. Dessa forma, foi verificado comportamento conservador nas demonstrações financeiras reportadas pelas cooperativas de crédito brasileiras. Esses resultados não rejeitaram a primeira hipótese levantada nesse trabalho de dissertação.

Quanto a persistência das sobras reportadas pelas cooperativas de crédito, verificou-se que essa *proxy* é identificada para todo o conjunto de cooperativas brasileiras e que as maiores cooperativas apresentam mais intensidade comparado as menores. Isso não rejeita a segunda hipótese dessa pesquisa, se há persistência das sobras reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito e é mais intenso em cooperativas grandes do que em pequenas. Esses resultados contribuem para a boa avaliação das cooperativas, pelo mercado e principalmente por investidores, considerando que esses resultados são distribuídos para os associados.

Quanto ao gerenciamento de resultados por *accruals* específicos PCLD, verificou-se que as cooperativas de crédito brasileiras apresentam comportamento inverso entre as operações de crédito e a PCLD e não apresentam indícios de gerenciamento de resultados com o uso da PCLD. Rejeitando a terceira hipótese dessa pesquisa, que diz que as cooperativas de crédito singulares brasileiras utilizam as provisões para créditos de liquidação duvidosa como mecanismos de gerenciamento de resultados, com mais intensidade em cooperativas grandes do que em pequenas.

A conclusão final com base nas *proxies* de análise da qualidade das informações reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito brasileiras, é que essas instituições financeiras apresentam um bom nível de qualidade das informações contábeis já que apresentam comportamento conservador, persistência nas sobras, ou resultados contábeis e não gerenciam seus resultados por meio do uso das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

A divulgação de resultados negativos ou com uma grande variabilidade pode sinalizar uma situação de risco para as cooperativas de crédito, pois pode remeter ao mercado e aos cooperados uma ideia de ineficiência ou até mesmo de insegurança econômico-financeira da entidade. Tais resultados podem demonstrar uma maior preocupação com a informação reportada, onde uma menor volatilidade representa menor risco, alcançando assim melhores condições na captação de recursos com seus credores.

Esse comportamento encontrado nas demonstrações financeiras das cooperativas de crédito contribui para que elas garantam sua perenidade, formem reservas e constituam um capital de qualidade para a garantia de cumprimento do capital mínimo requerido pelos acordos de Basileia, passando a depender menos do seu capital social volátil. Permite também que elas busquem novos negócios com associações de novos cooperados, principalmente, com agentes superavitários, ou seja, investidores, garantindo autonomia e ganhos de escala. Sendo uma

opção para investidores, as cooperativas necessitam apresentar informações contábeis confiáveis para que estes possam realizar a tomada de decisão de investimento mais adequada.

A manutenção da qualidade das informações reportadas nas demonstrações financeiras das cooperativas contribui para o cumprimento da Agenda BC# do BACEN que prever ações de aprimoramento da organização sistêmica e de eficiência do segmento do cooperativismo de crédito; Fomento de atividades e negócios; e o Aprimoramento da Gestão e Governança. Nessa agenda do BACEN a preocupação com o *funding* das cooperativas fica evidenciado, assim os resultados desse trabalho de dissertação contribuem para uma avaliação positiva das cooperativas.

Como contribuição para o avanço da literatura, o presente estudo contribui para a discussão sobre qualidade da informação contábil, dando ênfase a análise das *proxies* do conservadorismo, da persistência nos lucros e gerenciamento de resultados em instituições financeiras, especificamente no cooperativismo de crédito, que é pouco explorado na academia comparativamente a outras instituições, inclusive as financeiras, assim esse trabalho traz uma abordagem importante para a área.

Esse trabalho não teve a pretensão de esgotar os temas abordados. Assim, afirma-se que os resultados encontrados nesse estudo não podem ser levados como uma verdade consolidada, pois vale ressaltar que houve limitações quanto a aplicação de todas as *proxies* da qualidade da informação contábil.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. S. M.; TIRYAKI, G. F. **Econometria na Prática**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2017.
- AHMED, A. S.; TAKEDA, C.; THOMAS, S., Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects. **Journal of Accounting & Economics**. v. 28, p. 1 – 25. 1999.
- ARRUDA, M. P.; VIEIRA, C. A. M.; PAULO, E.; LUCENA, W. G. L. Análise do Conservadorismo e Persistência dos Resultados Contábeis das Instituições Financeiras Brasileiras. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2015.
- BACEN (Banco Central do Brasil). **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional** (Cosif). 2019. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cosif>. Recuperado em 08 de novembro de 2019.
- BACEN (Banco Central do Brasil). **Resolução** nº. 4.192, de 1 de março de 2013. 2013. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49007/Res_4192_v6_P.pdf. Acesso em: 20 junho de 2018.
- BACEN (Banco Central do Brasil). **Resolução** nº. 4.434, de 5 de agosto de 2015. 2015. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v3_P.pdf. Acesso em: 10 setembro de 2019.
- BALL, R. J.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 159–178, 1968.
- BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 1, p. 1-51, 2000.
- BALL, R. J.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, p. 83-128, 2005.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of accounting research**, v.46, n.3, p.467-498, 2008.
- BASU, S. The Conservatism and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.
- BEAVER, W., The information content of annual earnings announcements. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 67–92, 1968.
- BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971 define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras

providências. [Diário oficial], 1971. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.HTM. Acesso em: 20 de junho de 2018.

BRASIL. Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009 dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. [Diário oficial], 2009. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp130.htm. Acesso em: 20 de junho de 2018.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; RESENDE FILHO, M.A. Avaliação de insolvência em cooperativas de crédito: uma aplicação do sistema PEARLS. **Ram, Ver. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 2, 2011.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A. Análise da dominação de membros tomadores ou poupadores de recursos nas cooperativas de crédito mineiras. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v.16, n. 2, 2012.

BRESSAN, V. G. F.; BRESSAN, A. A.; DA SILVA, J. M. Gerenciamento de resultados em cooperativas no Brasil: avaliação do Income Smoothing às Filiadas do Sicredi. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 283-300, 2016.

BRITO, G. A. S.; LOPES, A. B.; COELHO, A. C. D. Conservadorismo dos lucros contábeis dos bancos no Brasil: a influência do controle estatal. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 19-39, 2012.

BROWN, C.; DAVIS, K. Capital management in mutual financial institutions. **Journal of Banking & Finance**, v. 33, p. 443–455, 2009.

BURGSTHALER, D. C. *et al.* The importance of reporting incentives: earnings management in European private and public firms. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 81, n.5. p.983-1016, oct. 2006.

CHANEY, P. K.; FACCIO, M.; PARSLEY, D. The quality of accounting information in politically connected firms. **Journal of accounting and Economics**, v. 51, n. 1-2, 2011.

CHI, W.; LIU, C.; WANG, T. What affects accounting conservatism: a corporate governance perspective. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 5, n. 1, p. 47-59, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC-00 R1: Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

CURCIO, D.; HASAN, I. Earnings and capital management and signaling: the use of loan-loss provisions by European banks. **The European Journal of Finance**, v. 21, n. 1, p.26-50, 2015.

DANI, A. C.; PANUCCI FILHO, L.; SANTOS, C. A. dos; KLANN, R. C. Utilização de Provisões para a Prática de Gerenciamento de Resultados em Empresas Brasileiras. **Revista evidenciação contábil & finanças**, v. 5, n. 3, p. 37-56, 2017.

- DANTAS, J. A.; GALDI, F. C.; CAPELLETTO, L. R.; MEDEIROS, O. R. Discricionariedade na mensuração de derivativos como mecanismo de gerenciamento de resultados em bancos. **Revista Brasileira Finanças**, v. 11, n. 1, p. 17-48, 2013.
- DANTAS, J. A.; PAULO, E.; MEDEIROS, O. R. Conservadorismo condicional na indústria bancária brasileira em situações de maior percepção de risco. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 2, p. 83-103, 2013.
- DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: the role of accrual estimation errors. **The Accounting Review**, v. 77, n. 4, p.35-59, 2002.
- DECHOW, P. M.; SCHRAND, C. M. **Earnings quality**, Charlottesville (Virginia): CFA Institute, 2004.
- DECHOW, P. M.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: a review of the *proxies*, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p.344-401, 2010.
- DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. **The Accounting Review**, v. 70, p. 193–225, 1995.
- DUARTE, F. C. L. **Análise da simultaneidade das *proxies* de qualidade das informações contábeis**. João Pessoa, 2017. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba.
- DUARTE, F. C. L.; GIRÃO, L. F. A. P.; PAULO, E. Avaliando modelos lineares de *Value Relevance*: eles captam o que deveriam captar? **RAC**, v. 21, Edição Especial FCG, art. 6, p. 110-134, 2017.
- ERKENS, D.; SUBRAMANYAM, K. R.; ZHANG, J. Affiliated Banker on Board and Conservative Accounting. **SSRN Working Papers**, set 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1950016. Acesso em: 10 de novembro de 2019.
- FUJI, A. H. **Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, SP, Brasil, 2004.
- GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2007.
- HESSOU, H.; LAI, V. S. Basel III capital buffer requirements and credit union prudential regulation: Canadian evidence. **Journal of Financial Stability**. v. 30, p. 92-110, June 2017.
- HILLIER, D.; HODGSON, A.; STEVENSON-CLARKE, P.; LHAOPADCHAN, S. Accounting window dressing and template regulation: a case study of the Australian Credit Union Industry. **Journal of Business Ethics**, v.83, n. 3, p. 579-593, 2008.
- IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JONES, J. J. Earnings management during import relief investigations. **Journal of Accounting Research**. Oxford: v. 29, n.2, p.193-228, autumn 1991.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Impacto da convergência contábil internacional na suavização de resultados em empresas Brasileiras. **Brazilian Business Review**, Vitória-ES, v. 12, n. 2, p. 1-25, 2015.

KOLOZSVARI, A. C.; MACEDO, M. A. S. Análise da influência da presença da suavização de resultados sobre a persistência dos lucros no mercado Brasileiro. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, SP, 2016.

KRONBAUER, C. A.; MARQUEZAN, L. H. F.; BARBOSA, M. A. G.; DIEHL, C. A. Análise dos efeitos do conservadorismo na informação contábil após a alteração de 2011 no pronunciamento conceitual básico. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 19, n. 65, p. 453-468, 2017.

LAFOND, R.; WATTS, R. L. The information role of conservatism. **The Accounting Review**, v. 83, n. 2, p. 447-478, 2008.

LANDSMAN, W. R.; MAYDEW, E. L. Has the information content of quarterly earnings announcements declined in the past three decades? **Journal of Accounting Research**, v. 40, p. 797-808, 2002.

LEITE, I. F.; PAULO, E. **Qualidade da informação em empresas inovadoras: um estudo comparativo com as empresas listadas na B3**. 2019.

LIU, J.; THOMAS, J. Stock Returns and Accounting Earnings. **Journal of Accounting Research**, v. 38, p. 71-101, 2000.

LOPES, A. B. **A relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado a Bovespa**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2001.

MACEDO, M. A. S.; KELLY, V. L.A. Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 82-96. 2016.

MADEIRA, F. L.; COSTA JÚNIOR, J. V. *Value relevance* dos outros resultados abrangentes nas companhias abertas brasileira. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, n. 2, p. 204-217, 2015.

MAIA, S. C.; BRESSAN, V. G. F.; LAMOUNIER, W. M.; BRAGA, M. J. Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil. **BBR – Brazilian Business Review**, Vitória, ES, v. 10, n. 4, p. 96 – 116, 2013.

MARTINEZ, A. L. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. 153 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em

Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, E.; LOPES, A. B. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, D. N. **Análise da Relação dos Custos de Agência com o Conservadorismo Contábil e com as Práticas de Governança Corporativa das Empresas de Capital Aberto Listadas na Bm&Fbovespa**. João Pessoa, 2017. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

MEINEN, E. **Cooperativismo financeiro**: virtudes e oportunidades. Ensaio sobre a perenidade do cooperativo. Brasília: Editora Confedbras, 2016.

MERCER, A. C.; PÓVOA, A.; PICCOLI, P. Credit union member group domination under high interest rate environments. **Annals of public and cooperative economics**, USA, p. 1-17, 2018.

MORA, A.; WALKER, M. The implications of research on accounting conservatism for accounting standard setting, **Accounting and Business Research**, 2015.

OHLSON, J. A., Accruals: An overview. *China Journal of Accounting Research* 7, p. 65–80, 2014.

PAE, J. Expected accrual models: the impact of operating cash flows and reversals of accruals. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, 24(1), 5-22, 2005.

PAULO, E.; ANTUNES, M. T. P.; FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **Revista de administração de empresas**, v. 48, n. 3, p. 46-60, 2008.

PINHEIRO, F. A. P.; SAVOIA, J. R. F.; SECURATO, J. R. Baliseia III: impacto para os bancos no Brasil. **Revista de contabilidade e finanças-USP**, São Paulo, 2015.

RAMOS, F. M.; DECONTO, A. C.; SIMON, D. S.; BAMPI, G. B. Fatores explicativos do desempenho econômico das cooperativas de crédito singulares Brasileiras. **Anais do XII Congresso ANPCONT**, João Pessoa, PB. Brasil. Recuperado em 11 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.anpcont.org.br/pdf/2018_CUE543.pdf. Acesso em: 08 de novembro de 2019.

RONEN, J.; YAARI, V. **Earnings management**: emerging insights in theory, practice, and research. New York: Springer, 2010.

ROSA, S.; MEDEIROS, J. J. Processo decisório estratégico em cooperativas de crédito Brasileiras. **Anais do XXXI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

SANTIAGO, J. S.; CAVALCANTE, P. R. N.; PAULO, E. Análise da persistência e conservadorismo no processo de convergência internacional nas empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 2, p. 174-195, 2015.

SANTOS, E. C. **Capital regulatório e gerenciamento de resultados nas instituições financeiras que atuam no Brasil**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória, 2007.

SANTOS, R. R.; FREITAS, M. A. L.; SANTOS, J. F.; CAVALCANTI, J. S. G. Práticas de Income Smoothing e o Conservadorismo Condicional em Cooperativas de Crédito Brasileiras. **Anais do XXII SEMEAD**. São Paulo, SP. Disponível em: <http://login.semead.com.br/22semead/anais/arquivos/923.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2019.

SCHROEDER, R. G. *et al.* **Financial accounting: theory and analysis**. 7. ed. New York: John Wiley & Sons, 2001.

SHRIEVES, R. E.; DAHL, D. Discretionary Accounting and the Behavior of Japanese Banks under Financial Duress. **Journal of Banking and Finance**, v. 27, p. 1219-1243, 2003.

SIUDEK, T.; ZAWOJSKA, A. Optimal deposit and loan interest rates setting in cooperative banks, **Acta Scientiarum Polonorum Economia**, v. 14, p. 117–134, 2015.

SLOAN, R. G. Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? **The Accounting Review**, v. 71, p. 289–315, 1996.

SOUZA JÚNIOR, W. D.; COSTA, R. F. S.; RICHETTI, T. C. S.; ASTA, D. D. O. Impacto do gerenciamento de resultado por decisões operacionais no desempenho financeiro das cooperativas agropecuárias do Paraná. **Anais do XII Congresso ANPCONT**, João Pessoa, PB. Brasil. Disponível em: http://www.anpcont.org.br/pdf/2018_CUE252.pdf. Acesso em: 11 de dezembro de 2018.

TRAPP, A. C.G. **A relação do conselho fiscal como componente do controle no gerenciamento de resultados contábeis**. 2009. 133f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TRINDADE, L. Z.; BIALOSKORSKI NETO, S. Análise e percepção dos custos das práticas de governança corporativa: um estudo de caso. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v.12, n. 3, p. 64-97, 2014.

VENTURA, E. C. F. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito do Brasil**. Brasília: BCB, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WATTS, R. L. Conservatism in accounting part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.

WOCCU. (World Council of Credit Unions). **2005 Statistical report**. 2006. Disponível em: https://www.woccu.org/documents/2005_Stat_Report. Acesso em: 22 junho de 2018.

WOCCU. (World Council of Credit Unions). **2018 Statistical Report**. 2019. Disponível em: https://www.woccu.org/documents/2018_Statistical_Report. Acesso em: 02 fevereiro de 2020.